



Universidade de Brasília - UnB
Centro de Excelência em Turismo – CET.

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO PARQUE ECOLÓGICO E VIVENCIAL DO RECANTO DAS EMAS

Banca: Professora Iara Lúcia Gomes Brasileiro

Milene Alves Souto

Orientador: MSc Sérgio Salvati Salazar.

Co-orientadora: Especialista Lucila Maria Egydio.

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção certificado de Especialista em Ecoturismo.

Brasília- DF, setembro de 2004

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Centro de Excelência em Turismo.
Curso de Especialização em Ecoturismo.

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO PARQUE ECOLÓGICO E VIVENCIAL DO RECANTO DAS EMAS

Milene Alves Souto

Orientador: MSc Sérgio Salvati Salazar.

Co-orientadora: Especialista Lucila Maria Egydio

Brasília-DF, setembro de 2004.

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO PARQUE ECOLÓGICO E VIVENCIAL DO RECANTO DAS EMAS/Milene Alves Souto.

60 f.

Monografia (especialização). Universidade de Brasília. Centro de Excelência em Turismo. Brasília, 2004.

Área de concentração: Ecoturismo.

Orientador: Msc Sergio Salvati Salazar.

Co-orientadora: Especialista Lucila Maria Egydio.

1. Turismo

2. Ecoturismo

3. Meio Ambiente

Milene Alves Souto

**AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO PARQUE ECOLÓGICO E
VIVENCIAL DO RECANTO DAS EMAS**

Comissão Avaliadora

Orientador: MSc Sérgio Salvati Salazar.

Co-orientadora: Especialista Lucila Maria Egydio

Iara Lúcia Gomes Brasileiro

Brasília, DF 20 de setembro de 2004.

Aos meus pais Augusto e Mirtes,
pelo investimento que me proporcionará
a oportunidade de alcançar meus
objetivos com sucesso.

AGRADECIMENTOS

Aos meus irmãos quero dizer o quanto é satisfatório chegar a esse patamar.

Ao Alan, com quem já plantei muitas árvores quero compartilhar este fruto e os demais frutos que fomos capazes de fazer germinar.

Ao tio Zeimer, a tia Lia e vó Belinha pelo apoio incondicional de acomodação para realização do término do curso.

À Flávia pela oportunidade, confiança e incentivo de estudo.

À tia Biza (madrinha) pelo incentivo de enfrentar o mercado de trabalho e saber o quanto é valioso.

À minha orientadora Lucilia Egydio por ter disposição de me acompanhar passo a passo esta caminhada.

Aos colegas que compartilharam comigo as disciplinas do curso e em especial aqueles que contribuíram para a realização desta pesquisa.

Ao Sérgio Salvati pela atenção.

INTRODUÇÃO

Nesta introdução são apresentadas ao leitor as razões que levaram a esta pesquisa científica. Procura-se justificar a importância da realização de investigações e levantamentos que visem a implantação do PEVRE. Apresenta, também, o problema e os objetivos prosseguindo com as práticas metodológicas.

O primeiro esforço significativo feito no Brasil para participar do movimento internacional de criação de áreas naturais protegidas aconteceu em 1911.

O Mapa Florestal do Brasil é o primeiro estudo abrangente feito no Brasil com uma descrição detalhada de nossos diferentes ecossistemas e o estágio de conservação de cada um, com a expressa intenção de subsidiar as autoridades brasileiras para a criação de um conjunto de parques nacionais. Como vinha ocorrendo em outros países, tinha como finalidade a conservação da beleza natural e de bons exemplos da natureza ainda intacta, antes de sua destruição pelo desenvolvimento humano.

Em decorrência da publicação do Mapa Florestal do Brasil, hoje um clássico, decretos foram publicados na mesma época pela Presidência da República, criando dois parques nacionais no então território do Acre, hoje estado da federação. A iniciativa era tão avançada para o início do século, no País, que os decretos caíram no total esquecimento e essas áreas nunca foram implementadas. Somente em anos recentes descobriu-se esses instrumentos legais e constatou-se que os nossos primeiros parques já estavam quase completamente destruídos, não havendo mais sentido em procurar preservá-los. Apenas parte que se salvou de um deles está hoje inserida na Estação Ecológica do Rio Acre.

Somente nos anos 30 foi criado o primeiro parque nacional Parque Nacional do Itatiaia, situado na Serra da Mantiqueira, na divisa dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, hoje considerada a primeira área natural protegida no Brasil.

As áreas protegidas têm como objetivo preservar as espécies e os habitats naturais que apresentem características peculiares (raridade e valor científico); Proteger e valorizar as paisagens que apresentam interesses cênicos e estéticos;

Promover o desenvolvimento sustentável da região, valorizando a integração dos componentes ambientais, naturais e humanos e promover a qualidade de vida das populações.

No Brasil, em nível federal, as mais significativas unidades de conservação são os Parques Nacionais e Estaduais, as Reservas Biológicas, as Reservas Ecológicas, as Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental.

O conjunto das unidades de conservação federal, estaduais e municipais forma o SNUC (Anexo D), sistema que deve incluir comunidades bióticas geneticamente sustentáveis, abrangendo a maior diversidade possível de ecossistemas naturais existentes no território brasileiro e nas águas territoriais, com prioridade aos que se encontrarem mais ameaçados de degradação ou eliminação.

O sistema de unidades de conservação brasileiro é um conjunto impressionante de enorme valor cultural, econômico e científico, que inclui diversas modalidades de áreas protegidas e abriga uma quantidade expressiva de paisagens de beleza indescritível.

No Distrito Federal, é utilizada uma conceituação que distingue parques ecológicos e parques de uso múltiplo. Em geral os de uso múltiplo são aqueles que contam com várias formas de utilização por parte da população como lazer e a realização de cursos de formação. Não se enquadram em ecológico, porque não contam com a vegetação original. São parques que já perderam as características naturais do local. Os parques ecológicos, por sua vez, seriam aqueles que contam com as características naturais ou resquícios ainda relativamente conservados. (Beni, 2001).

No entanto, esta classificação administrativa não tem sido respeitada sequer pelos órgãos públicos. A própria Câmara Legislativa do Distrito Federal, em certas ocasiões, confunde as duas categorias. Na maior parte dos casos, os de uso múltiplo são tidos como recreativos exclusivamente, enquanto os parques ecológicos mantêm ou buscam recuperar a vegetação e a fauna original.

É importante enfatizar que alguns parques denominados como ecológicos não o são, porque não cumprem nenhuma função ecossistêmica, dada a sua degradação.

A Capital Federal conta com mais de quarenta parques criados com diferentes denominações: ecológico, vivencial, ecológico e vivencial, recreativo, vivencial e recreativo, recreativo e ecológico, urbano, urbano e vivencial ou simplesmente parque. O Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas (PEVRE) está classificado na categoria ecológico e vivencial.

Com estado de conservação crítico para atender as necessidades dos visitantes, ainda sem infra-estrutura adequada, sem um plano de manejo e de segurança, o PREVE não apresenta nenhum tipo de atividades para lazer. A maioria dos parques ecológicos não conta com a equipe de administração, nem com estudos técnicos necessários para embasar os seus Planos de Manejo.

Faz-se necessário refletir a respeito dos impactos sobre o meio ambiente, direta ou indiretamente provocados pela ação humana, é preciso atentar para a importância da conservação e preservação dos recursos naturais, pois o ambiente equilibrado é formado por um todo, e não por elementos vistos de forma separada.

1. OBJETIVOS

1.1 Objetivo Geral

Estudar e avaliar as condições de conservação e lazer do Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas.

1.2 Objetivos Específicos

1. Realizar levantamento bibliográfico sobre parques ecológicos e vivências: conservação ambiental, turismo e lazer em Unidade de Conservação (UC) de uso direto;
2. Proceder à pesquisa documental sobre a criação do Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas;
3. Avaliar, as áreas do parque que são utilizadas para visitação.

1.3 Justificativa

A proposta de se realizar esta pesquisa está voltada para avaliação da área e suas conseqüências. Surgiu a partir de uma visita técnica realizada pelos alunos do curso de Turismo das Faculdades da Terra de Brasília (F.T.B). Foi observado o estado de degradação dos recursos naturais existentes, causados, provavelmente, pela visitação "espontânea predatória" e sem controle, além da pressão da ocupação de áreas do seu entorno.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de investigações e levantamentos, visando à implantação do PEVRE de forma organizada e ordenada, considerando o ambiente natural, social, cultural e econômico, gerando o menor

impacto possível.

Também é ressaltada a importância de um Parque Ecológico, porque o ser humano necessita dele para melhorar a qualidade de vida, ter um contato mais próximo com a natureza, podendo desfrutar das belezas naturais. Mas para isso é necessário que esteja em bom estado de conservação.

A maioria dos visitantes procura uma UC sem “taxa de extinção de fundo”ⁱ. Ao contrário disso, a humanidade tem a obrigação de dividir o planeta com outras formas de vida. Essa obrigação tem sido reconhecida por, no mínimo, 80% dos governos mundiais, sob a forma de áreas legalmente protegidas, as chamadas UC.

Terborgh (2002:17), afirma que:

...certamente, esses passos representam um bom começo, mas o sistema global de conservação ainda se encontra longe de chegar a bom termo, pois 5% dos habitats terrestres do planeta não chegaram próximo de ser suficientes para conservar sua biodiversidade, mas é sempre bom fazer um esforço para conservá-la, porque, as terras dedicadas à conservação da biodiversidade precisam ser adequadamente protegidas de um conjunto de forças destrutivas sendo ilegais ou não”.

De acordo com Yazigi (1999), as experiências recentes com UC no Brasil não têm sido encorajadoras. A maioria dos parques possui pessoas vivendo dentro deles, às vezes legal, outras ilegalmente. A caça ilegal de vida silvestre é um problema praticamente universal. Ocorrem explicitamente atividades ilegais em muitas áreas protegidas, inclusive contrabando, exploração madeireira, invasão por agricultura, mineração de ouro e extração de produtos naturais para o mercado comercial.

Em vez de abandonar os parques, devem ser encontrados meios para resgatá-los. Em um número crescente de países os parques são tudo o que sobrou dos habitats naturais, e são essencialmente os únicos lugares onde ainda subsiste a fauna nativa. Entretanto, a conservação, a proteção e o manejo do meio ambiente são fundamentais para o ser humano viver em um planeta saudável.

1.4 Determinação de Problemas

Um problema direcionou as reflexões. Este voltou-se a verificar as condições de conservação do Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas, de forma a entender e conhecer as possibilidades de exploração ecoturística de um ambiente sensível e de uma beleza cênica considerável. Um Parque Vivencial localizado em meio a uma Cidade Satélite periférica do Distrito Federal, onde a população vive em condições extremamente precária, no entanto o PREVE assume um papel importante, tendo em vista a representação de uma pequena parcela do cerrado, tendo como principais atrativos as corredeiras, trilhas e a apreciação de uma vegetação típica de cerrado.

1.5 Hipóteses

A guiar-nos, a hipótese de que somente seria possível a exploração ecoturística no PREVE se guardados preceitos e cuidados que hoje inexistem. Atividades no PREVE deveriam ser desenvolvidas, acreditávamos, somente se respeitados cuidados que hoje nos parecem utópicos: delimitação da área, instalação de infra-estrutura, bem como a realização de estudos com vistas ao aproveitamento voltados para os esportes de natureza.

1.6 Metodologia

Os procedimentos metodológicos adotados ao longo da elaboração do trabalho de conclusão de curso consistiram de:

1. Revisão bibliográfica sobre UC's, Parques ecológicos e vivenciais, conservação ambiental, turismo e lazer;
2. Realização de entrevistas por meio da aplicação de questionários junto a diversos atores - comunidade e freqüentadores do Parque;
3. Visita de campo para verificar as alterações ocorridas na área e as conseqüências para o meio ambiente;

4. Registro fotográfico da situação atual das áreas impactadas e conservadas do Parque;
5. Compilação e interpretação dos dados levantados da área de estudo.
6. Inventário e diagnóstico.
7. Aplicação de questionário (ANEXO A) de forma aleatória com um público de 150 pessoas, na área limítrofe do Parque, obtendo 12 perguntas objetivas e subjetivas.

1.7 Estruturação

A presente monografia está estruturada em quatro capítulos.

O primeiro capítulo trata de uma revisão da literatura acerca da conservação ambiental, unidades de conservação, turismo e lazer, degradação ambiental enfocando a sustentabilidade nas UC's.

No capítulo dois é apresentado o contexto histórico da criação, ocupação e desenvolvimento do Recanto das Emas, tendo como tema central o Parque.

O capítulo três refere-se a um estudo de caso e foi reservado para a discussão analítica do PEVRE

As considerações finais compõem o capítulo quatro enfoca as recomendações que devem ser adotadas na área do presente estudo.

2. UMA REVISÃO DA LITERATURA E DO PARQUE ECOLÓGICO E VIVENCIAL DO RECANTO DAS EMAS

Este capítulo trata de uma revisão da literatura acerca do desenvolvimento sustentável, turismo e sustentabilidade, impactos ambientais do turismo, infraestrutura para desenvolvimento do ecoturismo e turismo e lazer.

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nesta virada de século, a sociedade humana depara-se com diversas disparidades entre os povos, dentre as quais estão: a intensificação da pobreza, a proliferação da miséria, da fome e das doenças.

O meio ambiente vem enfrentando sérios problemas de degradação, por ser explorado e poluído desenfreadamente em virtude do crescimento acelerado das nações, que, conseqüentemente, vão a procura dos recursos naturais e de tudo que o meio natural possa produzir.

Essas disparidades resultam de uma era da industrialização e de um modelo econômico, que mudaram a fisionomia do nosso planeta, constituindo-se, portanto numa grande ameaça para a humanidade.

Em reação a esses fatores, vem se instituindo, ao longo das últimas décadas, uma nova consciência no comportamento humano, revelando que, se não existirem mudanças graduais nesse sentido, a humanidade coloca em risco a sua própria sobrevivência. Aqui é que se encaixa o conceito de desenvolvimento sustentável, por meio do qual o homem pode sim, fazer uso dos recursos naturais para satisfazer suas necessidades básicas, porém com limites estabelecidos, para que as gerações futuras não venham a ser comprometidas as suas possibilidades de subsistência.

Pezzoli (1997) afirma que o Desenvolvimento Sustentável (D.S.), apesar de recente, tem se tornado marca registrada a qual invoca a dedicação de

organizações locais, regionais, nacionais e internacionais, na promoção de abordagens ambientalistas para o desenvolvimento econômico.

No mesmo caminho, encontramos o pensamento de Sachs (1994), para quem o termo Desenvolvimento Sustentável nada mais é do que uma versão atualizada da expressão "ecodesenvolvimento", que, desde os anos 70, segundo o autor, vem sendo adotado.

O "Relatório de Brundtland" da CNUMAD (1988) define Desenvolvimento Sustentável como "... aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade e as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades". E acrescenta que para haver um Desenvolvimento Sustentável é necessário que todos tenham suas necessidades básicas atendidas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável é um processo de decisão, baseada num consenso, no qual o impacto das atividades econômicas (a economia), o meio ambiente (ecossistemas) e a saúde (bem-estar) da sociedade estão integrados e equilibrados, sem comprometer a capacidade de as gerações presentes e futuras satisfazerem suas necessidades, de modo que, a economia, o meio ambiente e a saúde da sociedade, possam ser sustentadas no futuro.

Nesse contexto, o Desenvolvimento Sustentável defende a idéia de um pensamento uníssono na busca de uma "economia limpa", na qual todos produzam o suficiente para abastecer a sociedade, com um grau mínimo de dejetos liberados ao meio ambiente, assegurando a sua própria recuperação.

Em comum, no pensamento dos autores aqui citados, a idéia de que o desenvolvimento sustentável só será alcançado se existir mobilização e motivação de todo o conjunto da sociedade, a fim de se definir um sistema alternativo de vida, com padrões de comportamento, de produção e de consumo que atendam ao menos às necessidades básicas de cada indivíduo e às prioridades coletivas determinadas através de processo democrático.

2.2 Princípios Básicos do Desenvolvimento Sustentável

Segundo Baroni (1992) os princípios básicos do desenvolvimento sustentável podem ser assim definidos:

- crescimento renovável;
- mudança de qualidade do crescimento;
- satisfação das necessidades essenciais de alimentação, energia, água, saneamento básico e emprego;
- garantia de um nível sustentável de população;
- conservação e proteção da base de recursos;
- reorientação da tecnologia e gestão de risco;
- reorientação das relações econômicas.

Estes princípios devem compor na formulação de uma definição quanto ao que realmente venha ser uma sociedade sustentável, devendo-se analisar o que cada um deles contempla e prioriza. Cabe ressaltar que a participação da comunidade é imprescindível em todo o processo, este um outro ponto comum a todos os que militam em favor do desenvolvimento sustentável.

2.3 Sustentabilidade

De acordo com Carvalho, citado por Pires (1997), sustentabilidade é a relação entre os sistemas econômicos dinâmicos e os sistemas ecológicos mais abrangentes, também dinâmicos, mas com mudanças mais lentas, onde:

- a vida humana possa continuar indefinidamente;
- as individualidades humanas possam florescer;
- a cultura humana possa desenvolver-se;
- e os efeitos das atividades humanas permaneçam dentro dos limites, a fim de que não destruam a diversidade, a complexidade e as funções do sistema ecológico de suporte da vida.

Voltado para entender os processos de planejamento, voltado ao desenvolvimento sustentável, Sachs (1994), alerta-nos para o fato de que deve-se considerar as cinco dimensões da sustentabilidade, a saber:

Social – tem por meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de bens e de rendas, reduzindo o abismo entre os padrões de vida dos pobres e os dos ricos.

Econômica – pretende alocar e gerenciar com mais eficiência os recursos e um fluxo constante de investimentos privados e públicos. Deve-se avaliar a eficiência econômica em termos macrosociais, e não apenas por meio do critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico.

Ecológica – cuja meta é utilizar as medidas que seguem:

- limitar o consumo de combustíveis fósseis;
- reduzir o volume de resíduos e de poluição;
- ampliar a capacidade de carga do planeta;
- promover a auto-limitação no consumo de materiais;
- definir normas para uma proteção ambiental adequada;
- intensificar a pesquisa para a obtenção de tecnologias de menos impactos e mais eficiente.

Cultural – tem por meta buscar as raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados.

Espacial – cuja meta é obter uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas.

Há de se admitir que todo projeto ambiental, por menos ambicioso que seja, ao vencer a esfera teórica e iniciar a concretização de objetivos, corre o risco de causar desequilíbrios ecológicos e/ou culturais em função da implantação de etapas que tenham caráter puramente econômico. Faz-se necessário, então, que se

proponha a construção de um projeto que vise não somente a minimização de custos ou maximização de lucros.

No presente caso, antes, se requer a adoção de uma postura ambiental ordenada, onde os recursos naturais não sofram impactos significativos, e caso venham a sofrê-los, sejam estes minimizados para que a área do Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas, por exemplo, não se descaracterize e perca sua função principal que é de promover o contato entre homem e meio ambiente de forma mais harmônica possível. Para ser conduzido de forma coerente com princípios de sustentabilidade, do ponto de vista dos ambientes naturais o planejamento do ecoturismo deve aqui, como em outras localidades, levar em conta a fragilidade dos ecossistemas onde se desenvolve, considerando os fatores limitantes à sua exploração.

3. TURISMO E SUSTENTABILIDADE

Atualmente, a atividade turística é considerada como uma das mais expressivas na economia mundial. Além de ser considerada a maior prestadora de serviços no mundo, é responsável por receitas importantes a setores da economia e a eles ligados direta ou indiretamente. Segundo dados da EMBRATUR (1996), o turismo é um grande gerador de empregos, de renda e de divisas, podendo vir a ser a solução para o desenvolvimento econômico-social de uma nação.

Nos países desenvolvidos, as viagens turísticas já consolidaram o seu valor sócio-econômico, que, com o passar dos anos, já se caracteriza como um "direito ao lazer". Entretanto, esse direito passa a ser questionado diante dos efeitos negativos ao meio ambiente, provocados pelo fluxo massivo de turistas nas localidades receptoras.

A inter-relação entre o turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que esse último constitui a 'matéria-prima' da atividade. A deterioração das condições de vida nos grandes conglomerados urbanos pela poluição sonora, visual e atmosférica, pela violência, e pelos congestionamentos faz com que o número cada vez maior de pessoas procure, nas férias e nos fins de semana, as regiões com belezas naturais. O contato com a natureza constitui, uma das maiores motivações das viagens de lazer e as conseqüências do fluxo em massa de turistas para esses locais - extremamente sensíveis, tais como as praias e as montanhas - devem necessariamente ser avaliadas e seus efeitos negativos, evitados, antes que esse valioso patrimônio da humanidade se degrade irremediavelmente. (RUSCHMANN, 1997).

3.1 Turismo e Meio Ambiente

O turismo é uma atividade de origem espontânea, a partir do desejo do homem em conhecer lugares e culturas diferentes, buscando novos ambientes para reposição da energia física e mental, tornando-se um produto da sociedade de consumo.

De acordo com Dias (1993), “o turismo é, incontestavelmente, um fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos das sociedades ditas pós-industriais”.

A atividade turística se intensifica a partir da 2ª Guerra Mundial, como resultante do avanço tecnológico e da evolução das telecomunicações, uma vez que estes proporcionaram a redução das distâncias de maneira considerável, permitindo o deslocamento rápido das pessoas para diversas regiões do globo.

Mais uma vez, vale enfatizar que o setor turístico é atividade econômica que mais cresce no mundo contemporâneo, sua taxa de crescimento anual é de 4%, movimenta cerca de US\$ 3,5 trilhões anualmente. No Brasil foi implantado, a partir de 1996, o Sistema Nacional de Turismo. Sendo criado o Conselho Nacional de Turismo - CNTur e a Empresa Brasileira de Turismo, (EMBRATUR) que, vinculada ao Ministério de Indústria e Comércio, estabeleceu os primeiros incentivos fiscais e financeiros ao setor.

O turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e sua evolução, nas últimas décadas ocorreu como consequência da “busca pelo verde” e da “fuga” dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer (Ruschmann, 1997).

Neste contexto a paisagem, devido seu caráter visual e a sua qualidade estética, vem sendo transformada cada vez mais como recurso turístico. Em muitos casos, é, mesmo, o fator determinante para a escolha de um destino de viagem e lazer.

Apesar da paisagem ser o bem mais valioso para o turismo, ela vem sendo degradada de forma implacável, essas transformações diminuem a qualidade visual da paisagem e causam problemas ambientais. Isto é verdade tanto para as paisagens naturais quanto as urbanas, transformadas pela ação do homem.

Desde a década de 70, o tema *ecologia* vem se desenvolvendo e tornando-

se algo cada vez mais atual. Desde a reunião de Estocolmo, em 1972, cientistas e ambientalistas vem demonstrando crescente interesse em estudar a problemática ambiental, visto os grandes problemas que ocorrem na natureza em virtude de um uso muitas vezes não racional dos recursos naturais.

Segundo Rodrigues (1997),

Felizmente, hoje, com a eclosão dos movimentos ambientalistas e com a aplicação de legislações rígidas de defesa ao ambiente, aliadas a maior conscientização da população, da política e do empresariado, a situação tem começado a reverter-se. À medida que avançamos pela década de noventa intensifica-se a preocupação pelos problemas ambientais com grandes repercussões no turismo.

Na medida que se verifica que o turismo degrada os ambientes naturais, às vezes de maneira irreversível, novas formas de turismo estão sendo propostas, em detrimento do turismo tradicional ou de massa.

O turismo de massa caracteriza-se pelo deslocamento de grande número de pessoas, para os mesmos lugares, nas mesmas épocas do ano. Isto provoca um fluxo grande de pessoas que tem contribuído para agressões socioculturais nas comunidades receptoras e para a origem de danos, às vezes irreversíveis, nos recursos naturais, sendo um fenômeno catastrófico para a o meio ambiente. Trata-se de uma forma de turismo que ocorre a partir dos anos 50 e tem seu apogeu no transcorrer dos anos 70 e 80. (Ruschmann, 1997).

Muitas discussões vão colocar em xeque este modelo. Surgem assim novas formas de turismo, ditos “alternativos”, turismo “brando”, “ecológico”, “naturalista” e, mais recentemente, de “turismo sustentável” realizado por grupos pequenos de pessoas, a fim de conter os impactos negativos da atividade.

O turismo ecológico ou ecoturismo, representa para (Rodrigues, 1997) “... uma modalidade de turismo vista como alternativa que é capaz de conciliar a conservação do patrimônio natural e cultural com uso, dito, racional.”

Ainda nos anos 80, o ecoturismo toma impulso, devido o interesse de

viajantes em conhecer os aspectos da natureza e poder usufruir dela, especialmente devido à conscientização das sociedades para com as questões ambientais, principalmente pela percepção da necessidade de proteção e recuperação dos recursos naturais.

De acordo com Rodrigues (1997), o ecoturismo é a mais recente modalidade de turismo, sendo um das formas de turismo alternativo, que tem como características viagens para reservas naturais, relativamente pouco alteradas e não contaminadas, com o objetivo específico de estudar, admirar e desfrutar da paisagem, da fauna e da flora, da mesma forma que pretende a integração dos turistas com o meio ao seu redor e, em particular, com as comunidades receptoras.

A maior preocupação quanto a atividade do ecoturismo são quanto ao seus impactos no meio ambiente e na comunidade, para (Rodrigues, 1996)

... Ao se referir aos benefícios econômicos, sociais, e ambientais, vê-se claramente que a proposta sob o rótulo de ecoturismo não foge muito das práticas do turismo tradicional predatório.

Os efeitos negativos do ecoturismo podem ser notados em ecossistemas naturais, que muitas vezes não comportam um número elevado de visitantes, nem suportam o tráfego excessivo de veículos pesados. Se não forem atendidas normas pré-estabelecidas de infra-estrutura necessária, pode-se comprometer de maneira acentuada o meio ambiente, com alterações na paisagem, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos naturais (Brasil, 1994).

A atividade do ecoturismo por outro lado apresenta significativos benefícios econômicos, sociais e ambientais, estes benefícios são os seguintes (Brasil, 1994):

- geração local de empregos;
- melhoria das infra-estruturas de transporte, comunicações e saneamento;
- diminuição do impacto sobre o patrimônio natural e cultural;
- melhoria nos equipamentos das áreas protegidas.

Ainda conforme Ruschmann (1997) os impactos ambientais positivos ocorridos nos ambientes naturais estão relacionados à criação de áreas programadas e entidades (governamentais e não governamentais) de proteção da fauna e da flora.

A discussão sobre o ecoturismo no Brasil vem desde 1985, contudo a atividade somente foi ordenada com a criação, em 1987, da Comissão Técnica Nacional, composta por técnicos do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo).

O Ecoturismo faz parte de um mercado emergente, levando vantagem sobre o turismo convencional, apresentando taxa de crescimento entre 14 e 20% enquanto o outro atinge 8%.

Com a maior preocupação dos impactos sócio ambientais advindos do turismo, surge o planejamento turístico levando em consideração três níveis de análise, os turistas, a população residente e o meio ambiente afim de haver harmonia na atividade, ou seja é de fundamental importância a análise do patrimônio histórico e cultural da área, a participação popular e os aspectos físicos do local.

3.2 Turismo Sustentável

A propagação da idéia de desenvolvimento sustentável repercutiu mundialmente de diversas formas entre os vários agentes interessados em crescimento econômico. Segundo Almeida Júnior, citado por Ribeiro e Barros (1997), a atividade econômica turística é uma das que visivelmente estão sendo influenciadas pela tentativa de elaboração de novos parâmetros que conceitualizem o desenvolvimento como um processo "ecologicamente viável e socialmente justo, em termos das gerações presentes e futuras".

Efetivamente, turismo não podia deixar de buscar a sustentabilidade, pois seu sucesso depende basicamente da qualidade do ambiente natural, cultural e

humano.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo define o turismo sustentável como "*... o turismo explorado de forma consciente, organizado e planejado, onde se permite a sua continuidade*". (Programa Nacional de Municipalização do Turismo, 1994).

O turismo já é chamado de indústria sem chaminés: em sua fase poética, hoje ultrapassada, situa-se no setor terciário e se caracteriza como organização que possibilita ou viabiliza viagens, hospedagem, alimentação e lazer às pessoas que se deslocam de suas residências para atendimento de seus objetivos diversos. (Andrade, 1995).

É essencial, portanto, que a comunidade local esteja envolvida nas tomadas de decisão a nível de planejamento, desenvolvimento e na gestão do turismo, recebendo benefícios eqüitativos deste setor.

3.3 Parceiros Para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo

Por meio da interação e da cooperação entre comunidade, turismo e defensores do ambiente, todos podem obter benefícios e alcançar melhor qualidade de vida.

O que cada autor busca com o desenvolvimento sustentável do turismo:

Indústria Turística	Defensores do Ambiente	Comunidade
<ul style="list-style-type: none"> - Segurança econômica; - Mão-de-obra qualificada e responsável; - Atrações com qualidade para assegurar fluxo estável de visitantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Proteção do ambiente através da preservação, do aperfeiçoamento, da recuperação de danos e de restauro; - Motivar as pessoas a serem mais conscientes – ao invés de consumirem, cuidarem dos recursos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alimentação, água limpa, educação, recreio, trabalho compensador com salário compatível; - Respeito pelas tradições culturais; - Oportunidades para tomar decisões relativas ao futuro.

Fonte: Adaptação do *Manual de Municipalização do Turismo* (1994).

Segundo o Manual de Municipalização do Turismo (Embratur, 1994), alguns dos interesses podem ser comuns às três partes, a saber:

- Assuntos referentes aos acessos, tais como o lugar e o modo de os turistas visitarem e se deslocarem;
- Assuntos referentes aos hóspedes e anfitriões, tais como o impacto cultural ou a utilização de infra-estrutura;
- Assuntos referentes à utilização de terrenos, tais como a caça/ habitat de animais selvagens, agricultura/recreio, preservação/desenvolvimento, etc.

3.4 Planejamento do Turismo Visando o Desenvolvimento Sustentável

Segundo o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (1994), planejamento turístico é o processo que analisa a atividade turística de um país ou uma região, diagnosticando seu desenvolvimento e fixando um modelo de atuação por etapas, estabelecendo planos e programas com objetivos, metas e instrumentos

definidos, com os quais se pretende impulsioná-la, coordená-la e integrá-la ao conjunto macroeconômico em que se encontra inserida.

Um turismo mal planejado acarretará um prejuízo muito grande para o local, pelo fato de consumir bens, recursos e energia em demasia.

De acordo com a EMBRATUR (1996), o planejamento, tendo como base o turismo sustentável, envolve atividades de caráter multidisciplinar, assegurando:

1. Preservação dos processos ecológicos, da diversidade da fauna e flora e dos recursos naturais e culturais;
2. Qualidade de vida compatível com a cultura e os valores dos residentes, mantendo e fortalecendo a identidade da comunidade;
3. Geração de recursos econômicos para a sua exploração no presente e no futuro.

A finalidade do planejamento turístico consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem sua atividade. “... é fundamental e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando, assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir” (Ruschmann, 1997).

A autora supracitada afirma, ainda, que somente ações planejadas, visando o desenvolvimento sustentável do turismo, podem conduzir a uma evolução favorável, tanto para os empresários, quanto para a população local, para os turistas e para todas as destinações (localidades).

A avaliação da qualidade de uma destinação turística baseia-se na originalidade de suas atrações ambientais e no bem-estar que proporcionam. Assim, é de suma importância o controle do crescimento quantitativo dos fluxos turísticos, devido à sensibilidade dos ecossistemas, que ficam comprometidos quando se ultrapassam os limites de sua capacidade de carga.

Capacidade de Carga, segundo Boo (1990), refere-se "... ao número máximo de visitantes (por dia/mês/ano) que uma área pode suportar, antes que ocorram alterações nos meios físico e social ...", inteirando os diversos setores da economia, grupos e indivíduos. Ela depende do tipo e do tamanho da área, do solo, da topografia, dos hábitos da população, da vida selvagem e, ainda, do número e da capacidade dos equipamentos destinados a atender aos turistas.

O conceito de capacidade de carga e sua aplicação no turismo residem na necessidade de se determinar limites para as atividades turísticas ou recreativas. Segundo Cerro, apud Pires (1998), a extrapolação de tais limites faz aumentar os riscos de:

- Saturação do equipamento turístico;
- Degradação do meio ambiente;
- Redução da qualidade da experiência turística.

Esses três aspectos são importantes para o desenvolvimento do turismo, mas a questão da qualidade da experiência turística vem ganhando, cada vez mais, atenção especial de pesquisadores e planejadores, no sentido de considerar a reação dos turistas, em termos de satisfação ou frustração da sua experiência turística diante do fenômeno da aglomeração, o qual é muito freqüente no turismo de massa (Pires, 1998).

4. IMPACTOS AMBIENTAIS DO TURISMO

Ruschmann (1997) registra que nem todas as intervenções do turismo sobre o meio ambiente se traduzem em degradação ou agressão ao meio ambiente. Qualquer mudança social ou econômica pode provocar mutações na relação do homem com seu espaço. O vazamento de óleo de um navio no mar provoca mais danos à natureza do que milhares de turistas nas praias em um fim de semana.

A autora explana também que os impactos do turismo sobre o meio ambiente podem ser:

⇒ Impactos ambientais positivos

- Recuperação psicofísica dos indivíduos;
- Utilização mais racional dos espaços e valorização do convívio direto com a natureza;
- Criação de planos e programas de conservação e preservação de áreas naturais, de sítios arqueológicos e, ainda, de monumentos históricos;
- Empreendedores turísticos investem em iniciativas preservacionistas, para manter a qualidade e conseqüente atratividade dos recursos naturais e socioculturais.
- Promove-se a descoberta e a acessibilidade de certos aspectos naturais em regiões não valorizadas, a fim de desenvolver o seu conhecimento por meio de programas especiais (ecoturismo).
- A renda dessa atividade, tanto indireta (impostos) quanto direta (taxas, ingressos), proporciona as condições financeiras necessárias para a implantação de equipamentos e outras medidas preservacionistas.

⇒ Impactos ambientais negativos :

- O turismo implica na ocupação e na destruição de áreas naturais que se tornam urbanizadas e poluídas pela presença e pelo tráfego intenso de turistas;

- Poluição visual provocada pela construção de equipamentos turísticos modifica o meio, descaracterizando a paisagem;
- Poluição do ar, provocadas pelos motores, produção e consumo de energia;
- Poluição da água provocada por: descarga de águas servidas *in natura*, falta ou mal funcionamento dos sistemas de tratamento; descargas de esgotos de iates de recreio, gases emitidos por barcos a motor;
- Poluição sonora;
- Destruição da fauna e da flora; etc.

4.1 Medidas para minimizar os Impactos Ambientais do Turismo

Segundo Ruschmann (1997), existem algumas medidas que podem ser tomadas para que os impactos ambientais do turismo diminuam, Eis algumas delas.

Na implantação/operação de equipamentos turísticos:

- Identificar e minimizar os problemas ambientais originários da operação dos equipamentos, concentrando as atenções nos novos projetos;
- Cuidar dos impactos ambientais resultantes da arquitetura, planejamento, construção e operação dos equipamentos turísticos;
- Zelar pela preservação ambiental de áreas protegidas ou ameaçadas, de espécies de fauna e flora, de paisagens;
- Praticar a economia no consumo de energia;
- Reduzir e reciclar o lixo;
- Controlar o consumo de água fresca e tratar as águas servidas;
- Controlar e diminuir a emissão de gases e outros poluentes;
- Controlar, reduzir e eliminar os produtos nocivos ao meio ambiente natural, como inseticidas, pesticidas, corrosivos tóxicos ou materiais inflamáveis;
- Respeitar e proteger objetos e sítios históricos e religiosos;
- Respeitar os interesses da população local, incluindo suas tradições,

sua cultura e seu desenvolvimento futuro;

- Considerar os aspectos ambientais como fatores fundamentais na capacidade de desenvolvimento de destinações turísticas.

4.2 Soluções Comportamentais para a proteção do Meio Ambiente:

Essas soluções buscam identificar as condições sob as quais os agentes individuais do desenvolvimento restringem voluntariamente o uso dos bens públicos, sem coações ou obrigações externas, controlando seus ímpetos desenvolvimentistas. Essas soluções envolvem valores sociais, tais como o altruísmo, a confiança, a consciência, as normas coletivistas, a responsabilidade social, a informação e a comunicação. A chave para a mudança comportamental reside na disseminação de novos conhecimentos e idéias através da educação. No contexto turístico, essa disseminação se torna difícil, pois apresenta uma série de circunstâncias específicas. Ela engloba uma série de diferentes atores sociais (empresas, organizações e indivíduos).

Uma das maiores barreiras para a contenção ou a restrição voluntária da implementação de equipamentos e atividades turísticas que provocam danos ao meio ambiente está no medo de os empresários parecerem pouco competentes, a defesa dos interesses individuais e na desconfiança. Eles, por fazerem um sacrifício individual, serão considerados empresários simplórios e serão ridicularizados pelos seus atos.

Demonstrar aos agentes de desenvolvimento turístico os efeitos econômicos de uma postura empresarial oportunista e de visão a curto prazo é uma das formas de estimular a participação voluntária dos mesmos.

5. ECOTURISMO

Historicamente, o ecoturismo sempre existiu, mas nasceu com o interesse do indivíduo em conhecer os segredos da natureza e a sensação que eles produzem. Os naturalistas, desde o século XVI até a atualidade, associados aos ambientalistas, membros dos Partidos Verdes e as ONG's (Organizações Não Governamentais), são interessados na conservação e na defesa da natureza (SEBRAE, 1995).

A partir dos anos 60, novos estilos de comportamento humano e modelos de sociedade ocorreram devido a manifestações de caráter cultural e político/ideológicas. Com isso surge a necessidade de novas formas de relacionamento do homem com a natureza. No turismo esta tendência impulsionou o surgimento de propostas alternativas, voltadas para a natureza e para os valores étnico-culturais das regiões.

Neste período, pesquisas desenvolvidas sobre os ambientes naturais e ecossistemas de regiões intertropicais do planeta e a publicidade de seus resultados, começaram a despertar interesse pelo conhecimento desses destinos nas camadas sociais mais esclarecidas e interessadas pelo tema. Milhares de voluntários aventureiros empreenderam suas invasões em ambientes inabitáveis e naturais em busca de emoções especiais, tornando-se a geração pioneira, nos tempos contemporâneos dos milhões de turistas de natureza e ecoturistas da atualidade (Pires, 1997).

No Brasil destacou-se o Centro Excursionista Universitário, formado nas dependências da USP em São Paulo, que tem reunido jovens universitários ou não, idealistas e amantes do contato com a natureza e da prática de atividades como *trekking*, acampamento, montanhismo, etc. Dessa geração surgiram, nos anos 80, os primeiros investidores no negócio de agências de turismo ecológico em São Paulo (Pires, 1997).

A partir da década de 70, fora do Brasil, o engajamento em viagens com maior significado, além do simples relaxamento, passou a ser iniciativa regular, originando o *turismo alternativo*, assim denominado na época. Por ele, grupos de turistas originários de países desenvolvidos passaram a praticar o chamado "turismo da descoberta" em destinos distantes e exóticos. Essa experiência garantia ao turista um conhecimento das condições de vida das localidades visitadas (Pires, 1997).

Em meados dos anos 80, começaram a surgir as primeiras agências de ecoturismo, especialmente na cidade de São Paulo, cujos empreendedores acreditavam que o turismo desenvolvido em ambientes naturais seria uma forma alternativa de crescimento pessoal interior e de formação de uma consciência ambiental e ecológica (Pires., 1997).

No Brasil, foi no final dos anos 80 e início dos anos 90 que o ecoturismo tomou impulso, tornando-se muito mais freqüentes as viagens de aficionados do acampamento. A EMBRATUR passa então a promover roteiros ecológicos, enquanto algumas empresas do ramo procuram dinamizar suas atividades, principalmente em áreas como o Pantanal, cidades serranas e hotéis fazenda.

5.1 Definições do Ecoturismo

Existem vários autores e instituições que conceituam o ecoturismo de forma diferenciada, mas sempre com a mesma intenção e objetivo, ou seja, preservar o meio ambiente e a natureza. A seguir, alguns conceitos mais fluentes estão dispostos em ordem cronológica para que possamos melhor compreender sua evolução:

Turismo ecológico é aquele que se dedica a viagens para áreas naturais não perturbadas e não contaminadas, com o objetivo específico de estudar, admirar e gozar a paisagem, suas plantas e animais selvagens, assim como as culturas passadas ou presentes que possam ter existido nessas áreas." (Ceballos-Lascuráin, 1987, apud Pires, 1997).

Ecoturismo é um segmento do turismo inspirado primeiramente pela história natural de uma área, incluindo suas culturas nativas. O ecoturista visita áreas relativamente desenvolvidas com um espírito de participação, apreciação e

sensibilidade. Os ecoturistas praticam o uso não consumista da vida silvestre e de recursos naturais, contribuem para a área visitada mediante a geração de empregos e financiamento direto para a conservação do lugar e a melhoria da economia das comunidades locais. (Ziffer, 1989).

Ecoturismo é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das comunidades envolvidas. (EMBRATUR/IBAMA, 1994, apud Pires, 1997).

Ecoturismo é a prática de turismo de lazer, esportivo ou educacional, em áreas naturais, que se utiliza, de forma sustentável, dos patrimônios natural e cultural, incentiva sua conservação, promove a formação de consciência ambientalista e garante o bem-estar das populações envolvidas." (IEB, 1996).

Esta recente facção do turismo como um componente lógico de desenvolvimento sustentável requer um método multidisciplinar de ser encarado, planejamento cuidadoso, tanto gerencial quanto físico, e rigorosas normas e regulamentos que irão garantir essa sustentabilidade.

Como economia sustentável, o ecoturismo é uma barreira a destraditionalização cultural, uma amálgama entre a tradição e a natureza, um elo existencial e vivo entre o local e o global, mas é sobretudo uma reestruturação social fundada no diálogo inteligente no interior das comunidades envolvidas e o desfrute dos bens naturais pela humanidade sem fronteira. (Cordeiro, 1997).

Mas para que o ecoturismo aconteça, em primeiro lugar é preciso verificar se as possibilidades de se realizar esta atividade são reais. Em segundo lugar, é necessário criar-se uma cultura ecoturística. Essa cultura abrange desde a capacidade de identificar as diversas potencialidades até a capacidade de explorar os bens naturais, condicionada a não extravasar os limites de linha a partir de onde começa a preservação.

5.2 Aspectos diferenciais do Ecoturismo

O conceito de ecoturismo apresenta diferentes aspectos em relação ao turismo de massa ou turismo convencional, como mostra Hillel, citado por Pires

(1997).

Aspectos diferenciais entre o turismo de massa e o ecoturismo

TURISMO DE MASSA	ECOTURISMO
Alto custo financeiro	Adaptação do turista aos lugares visitados
Mega-empresendimentos	Pouca gente distribuída por muitos destinos
Impactos ambientais não considerados	Consciência ecológica
Impactos sociais não considerados	Preocupação com os anfitriões

Fonte: Hiller, apud Pires, P.S. (1997)

Pires (1997), ainda ressalta outras características do ecoturismo:

- Maior capacitação profissional dos guias.
- Monitoramento constante das atividades realizadas.
- Atividades de baixo impacto ambiental.
- Tratamento individual ao cliente.
- Atração de um segmento de demanda motivada pela natureza.

O ecoturismo abrange uma gama muito vasta de turistas, englobando desde o turista clássico até o cientista altamente especializado (Coelho, 1995). Eles preferem locais afastados, são motivados pela natureza, estão dispostos a aventuras e se acomodam da maneira que for possível.

Já o turista que realiza o chamado turismo de massa, segundo Andrade (1995), prefere locais conhecidos, quer conforto e o maior número de facilidades turísticas, viaja geralmente nas férias para reunir a família etc.

6 INFRA-ESTRUTURA PARA DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO

Em qualquer plano de desenvolvimento do ecoturismo, um aspecto muito discutido e de caráter bastante especial é a seleção dos lugares para a construção das facilidades - alojamentos, lanchonetes, postos de informação, etc. Deve-se julgar a distribuição e a qualidade dos recursos naturais existentes e o valor estético do entorno (Gómez et al., 1993).

A respeito das instalações de alojamento, existem tendências diferentes: as realizadas fora das áreas protegidas para manter o máximo de sua integridade ou dentro das áreas protegidas, mas ocupando territórios pouco extensos e em sítios que produzam impacto mínimo sobre os recursos e valores existentes (Gómez et al., 1993). O autor relaciona algumas características que os alojamentos destinados ao ecoturismo devem possuir, a saber:

- As construções e os equipamentos infra-estruturais devem ser desenhados em harmonia com o entorno natural.
- O processo de construção e o desenvolvimento devem integrar os requisitos para a conservação da vida silvestre e as características naturais relevantes.
- Deve-se minimizar o consumo de energia e a geração de resíduos líquidos e sólidos.
- Deve-se promover o estabelecimento e manejo de áreas protegidas na zona de influência do alojamento.
- Deve-se fomentar uma maior compreensão e apreciação sobre a natureza e o meio ambiente.
- Deve-se realizar um uso sustentável dos recursos e características naturais da área.
- Devem-se oferecer alimentos, bebidas e serviços que promovam uma vida saudável.

- Os produtos e os serviços oferecidos devem refletir a cultura local e suportar a economia local.

É muito importante destacar que os serviços ecoturísticos requerem um nível qualitativamente maior de atenção ao turista, especialmente no que diz respeito às ofertas gastronômicas – oferecer alimentos naturais, locais e livres de contaminação.

Outro aspecto de fundamental importância está relacionado aos serviços de informação, que devem ser vinculados a programas de educação e interpretação ambiental. Deve-se oferecer aos visitantes mapas das áreas, guias de campo, material promocional, dentre outros.

Enfatiza-se a necessidade de uma infra-estrutura de apoio para a realização de determinadas atividades. Utiliza-se com frequência as torres de observação, estações de apoio às atividades de montanhismo ou outras vinculadas ao turismo de aventura, áreas de atendimento médico, sinalização nas trilhas, dentre outros.

7 TURISMO E LAZER

Turismo e Lazer na História

O turismo e o lazer são fenômenos que vêm ganhando um peso cada vez maior no cotidiano da vida moderna. De elementos da vida aristocrática, reservada aos integrantes do topo da pirâmide sócio-econômica das sociedades pré-modernas, o turismo e o lazer tornaram-se acessíveis a um público cada vez mais extenso, graças aos processos de democratização ocidental (como a Revolução Francesa e a Revolução Americana) e ao progresso tecnológico e organizacional, que aumentou a produtividade, reduziu custos e as jornadas de trabalho e elevou o nível de recursos disponíveis para consumo discricionário (inclusive de tempo) em mãos de camadas cada vez mais amplas da sociedade.

No século XX o lazer e o turismo tornaram-se atividades de massas, trazendo à tona, assim, muitas oportunidades de novos negócios; e passaram a ser objeto de investimentos e administração profissionais. Após a Segunda Guerra, atingiram um patamar de crescimento que fez com que, do ponto de vista econômico, passassem a ser considerados como "indústrias". Atualmente a indústria e os serviços ligados ao turismo e ao lazer estão entre os campeões de crescimento, alinhando-se seguramente entre os mais promissores para o futuro.

A "indústria" de viagens e turismo é uma das mais desenvolvidas em todo o mundo. Em 1999 a "indústria" de viagens e turismo empregou direta e indiretamente 200.000.000 pessoas no mundo, o que equivale a dizer que mais 8% do total de empregos existentes estão passando a depender desse setor. Até o ano 2010, ela estará servindo de base à criação de cerca de 5.500.000 de empregos por ano, inclusive em áreas remotas" (Statistics,1999).

O estudo do turismo, por sua vez, não pode ser desvinculado do estudo do lazer. Por exemplo: quando uma pessoa se desloca de um determinado local, mesmo na própria cidade de residência, com intuito de fazer lazer, ela está ao mesmo tempo fazendo turismo, ou seja, fazer turismo não é apenas viajar, é estar

vinculado às atividades de lazer. (Statistics,1999).

Autores como Ferreira & Coutinho (2002) acreditam que:

o turismo é o movimento temporário de pessoas para local diferente de suas residências e trabalhos habituais, as atividades realizadas durante sua permanência e as facilidades criadas para atender as necessidades dessas pessoas.

Barreto (1991) corroborando Ferreira & Coutinho, afirma que:

turismo é o movimento de pessoas, um fenômeno que envolve gente, antes de mais nada é um ramo da Ciência Sócio-econômica, e transcende a esfera das meras relações da balança comercial. Conforme acima citado, o lazer é necessário mas não suficiente. E o turismo, ao permitir que o indivíduo se distancie do seu habitat e do seu cotidiano, vem se tornando cada vez mais uma necessidade para o bem-estar humano.

Apesar da atividade de turismo convencional ser um veículo que favorece o desenvolvimento de uma região, no que se refere à geração emprego, esta provoca a degradação dos recursos naturais.

8. DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

A humanidade pode controlar e transformar a natureza com o seu poder. Cada nova fonte de recursos naturais explorada pelo homem produz desequilíbrios ecológicos e poluição.

A degradação ambiental do PEVRE causa impacto negativo em consequência de alguns elementos básicos que contribuíram para esse fator, como por exemplo:

- Os resíduos sólidos dispostos tanto nas dependências do Parque, quanto na área limítrofe próxima às quadras 500 (FIGURA 1), é uma das causas da degradação ambiental encontrada no local. As substâncias não biodegradáveis estão presentes em produtos de limpeza, tintas e solventes, pesticidas e componentes de eletroeletrônicos, plásticos, ferros e vidros que levam anos e anos para se decompor;



Figura 1 Depósito de Lixo na Entrada do Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas no Distrito Federal Foto: Clodir de Matos (2002)

- Outro fator é o desmatamento e queimadas (FIGURA 2). Ao longo da história, o fogo é o principal meio utilizado pelo homem para derrubar florestas e limpar terrenos, seja para lavoura ou pastagens, seja para construção de moradias. Observou-se com frequência que os moradores do entorno do Parque cortam árvores para construção de casas e utilizam a madeira como lenha. Sendo assim, é o próprio homem que destroi a fauna e a flora nativa causando danos à natureza, sem se preocupar com o bem estar das futuras gerações. Sabe-se que o desmatamento e as queimadas aceleram a extinção de espécies vegetais e animais.



Figura 2 Área Desmatada do Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas
Foto: Clodir de Matos (2003)

Frias (2003) afirma que os diferentes estilos de vida influem sobre a forma de utilizar os recursos naturais. A pobrezaⁱⁱ e ainda mais, a misériaⁱⁱⁱ podem forçar as pessoas a abusar dos recursos naturais até mesmo sabendo que eles se esgotarão e que isso aumentará, ainda mais, as dificuldades de vida. É uma questão de sobrevivência, por exemplo, abater as poucas árvores disponíveis para fazer lenha quando esta é a única fonte de energia viável. O mesmo pode se aplicar à caça predatória como fonte de alimento. Elevar o nível de vida das populações carentes e educar, portanto, são duas formas eficientes de ajudar a conservar o meio ambiente.

A criação de UC's é uma das saídas para a conservação dos recursos naturais, por meio destas objetiva-se a promoção do lazer e uma aproximação do homem com a natureza de forma harmônica.

8.1 Unidades de Conservação

De acordo com Ganem e Leal (2002) o Distrito Federal tem superfície de 5.783 Km². Em torno de 42% deste território abrangem UC's (GDF/ IPDF, 1996). São unidades federais e distritais, englobando várias categorias com diferentes objetivos de manejo.

A política de implantação de parques é relativamente recente no Distrito Federal. Existem 44 parques criados com diferentes denominações: ecológico, vivencial, ecológico e vivencial, vivencial e recreativo, recreativo e ecológico, urbano, urbano e vivencial ou simplesmente parque.

O primeiro parque criado foi o Parque Recreativo do Gama em 26 de agosto de 1982, pelo Decreto n.º 6.953. Até 1990 havia apenas três parques: do Gama, Antigo Parque Ecológico Norte e o antigo Parque do Guará, mas a lei foi aprovada somente em 1998.

As 19 Regiões Administrativas (RA) do Distrito Federal contam com pelo menos um parque. Destacam-se as regiões de Taguatinga e Planaltina, que contam com seis unidades; Lago Sul, com cinco; Brasília e Sobradinho, com quatro; Gama, com três e Recanto das Emas com um. As demais contam com dois ou um parque.

O grande número de parques é fruto de preocupação cada vez maior com o aumento populacional e com o processo de expansão urbana no Distrito Federal. Cidades do entorno de Brasília vêm sendo implantadas para atender ao grande fluxo migratório em direção ao Distrito Federal, desde a década de 1950. Assim surgiram Taguatinga (1958), Sobradinho, Gama, Núcleo Bandeirante e Guará (década de 1960), Ceilândia (década de 1970) e Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo

e Santa Maria (década de 1980).

A implantação de parques podem minimizar a secura e a poeira que criam condições quase insuportáveis, sobretudo nas áreas sem pavimentação e sem água encanada, possibilitando combinar a conservação dos ecossistemas naturais e a disponibilização destas áreas para a população. Muitas delas situam-se em locais utilizados há longa data pela comunidade, em atividades de lazer. São regiões onde a existência de córregos, lagos e/ou vegetação abundante constitui atrativo para a recreação ao ar livre.

As UC's são espaços ambientais que têm importantes características naturais e são legalmente instituídos pelo Poder Público com objetivos de conservação. Possuem limites definidos e existem sob um regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Ou seja, são as reservas biológicas, parques e estações ecológicas.

A criação dessas UC's é a principal proposta para diminuir os efeitos da destruição dos ecossistemas no Brasil, pois são áreas geográficas destinadas à preservação dos ecossistemas naturais. A finalidade básica era a conservação da beleza natural e de bons exemplos da natureza ainda intacta. Com o tempo, percebeu-se que não apenas as belas paisagens mereciam ser conservadas, mas também aquelas que exercem funções fundamentais na manutenção dos ecossistemas e do equilíbrio ecológico.

Uma outra função das UC's é manter a diversidade biológica e os recursos genéticos no país. Protegem as espécies ameaçadas de extinção, conservam e restauram a diversidade de ecossistemas naturais e promovem a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Também estimulam o desenvolvimento regional, protegem as paisagens naturais, incentivam atividades de pesquisa científica e favorecem condições para a educação. Além disso, possibilitam a recreação em contato com a natureza, o que ultimamente passou a ser conhecido por turismo ecológico ou ecoturismo (WWF- Brasil; 2003).

8.2 Sustentabilidade nas Unidades de Conservação

Atualmente há uma nova tendência no que diz respeito à gestão das UC's. Considera-se que essas unidades não sobreviverão se não se integrarem ao planejamento regional, oferecendo alternativas de desenvolvimento para a região que substituam aquelas que comprometem os objetivos de preservação e conservação ambiental. A compatibilização entre os pressupostos da conservação ambiental nessas áreas. De fato, as questões que estão implícitas nesse desafio põem em evidência o caráter multidimensional do conceito de desenvolvimento sustentável.

O ecoturismo tem sido apontado como um dos caminhos mais viáveis para a conciliação entre sustentabilidade ambiental e socioeconômica. A sua prática, além de estar assentada nos ideais da conservação ambiental, gera recursos econômicos para a manutenção do parque, bem como abre oportunidades de geração de trabalho e renda para a população local de maneira direta ou indireta. Por outro lado, o crescimento da atividade turística em parques e reservas ambientais tem crescido também em função do interesse dos turistas por regiões menos impactadas, que lhes proporcione um contato com a natureza. A valorização de bens não apropriáveis como o ar puro, o mar, as belezas naturais é fruto da busca da vivência de um estilo de vida mais natural (Beni, 1998).

No Brasil são poucas as experiências de sucesso da prática de ecoturismo em UC's. A maioria das experiências nessas unidades de conservação vem acompanhada de degradação do patrimônio natural e de um grau considerável de exclusão social. Vários estudos revelam que o acesso aos benefícios gerados com a atividade turística nos parques por parte da população local ainda é algo que não se verifica na prática (Swarbrooke, 1998). Em geral, a população mais atingida pelo cerceamento dessas práticas predatórias é aquela que, pelo baixo poder aquisitivo, depende dessa exploração dos recursos naturais para sua subsistência. A não difusão dos benefícios gerados para toda a sociedade faz com que muitos não percebam a importância da preservação e da conservação daquele patrimônio, não reconhecido como bem coletivo, e sim como um entrave para suas práticas econômicas de subsistência.

Nesse sentido, a principal crítica à concepção das UC's, e de seu uso público, é de que essas áreas são criadas e administradas sem qualquer participação da sociedade, inclusive daquelas comunidades diretamente afetadas. Por não se adotar uma estratégia de integração entre essas unidades e a socioeconomia local e regional, há uma pressão antrópica permanente e, muitas vezes, crescente, se levar em conta que a maior parte das ameaças às UC's vem de fora de seus limites, ou seja, das comunidades vizinhas, somente com o entendimento dessa população sobre a importância de sua conservação, bem como da busca de solução quanto à inevitável restrição e limitação do uso dos recursos dessas áreas, é que será possível alcançar eficiência no cumprimento dos objetivos conservacionistas.

Esse caminho torna-se ainda mais evidente quando constatado que a maioria dos parques nacionais tem deficiência de recursos humanos para atuar na sua fiscalização e proteção. O próprio Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, (IBAMA 2003), alega que as dificuldades são de ordem financeira para cuidar adequadamente das unidades e diz estar buscando parcerias com a iniciativa privada para fazer funcionar os parques. 22 dos 52 parques nacionais brasileiros não estão oficialmente abertos à visitação pública, o que além de descumprir a lei federal do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), representa perdas do meio ambiente.

Como bem sinaliza Swarbrooke (1998), a adoção do modelo americano, onde somente o órgão público é responsável pela conservação, fazendo uso de instrumentos de repressão, não é apropriado para o caso brasileiro. Na realidade, além dos limites impostos pela ausência de recursos satisfatórios, a própria evolução do conceito sobre conservação da natureza tem mostrado que é preciso incorporar na elaboração e implantação das UC's uma visão que integre a comunidade a seus objetivos. Não resta dúvida de que esses seriam melhor contemplados caso se contasse com o apoio de toda a sociedade, o que reforça a necessidade do estabelecimento de um vínculo entre os administradores e as comunidades, a partir de um diálogo permanente e direto.

Deve-se destacar, ainda, que a compreensão da importância das UC's só será generalizada na medida em que houver um amplo processo de conscientização, que passa por inúmeras iniciativas educativas e dialogais. A acessibilidade de todos os segmentos da sociedade aos parques nacionais é, nesse sentido, uma das primeiras iniciativas que devem ser tomadas, pois muitas vezes a adoção de tarifas elevadas pode tornar esse acesso elitizado, dificultando ainda mais a valorização daquele patrimônio pela comunidade local, uma vez que só se valoriza o que se conhece. Muitas vezes, as comunidades do entorno estavam acostumadas a utilizar aquela área para recreação antes mesmo dessa se tornar um parque. Com o começo da cobrança de ingressos para visitação o acesso fica dificultado para os próprios moradores locais. É recomendável a adoção de preços diferenciados para os moradores, incentivando a sua presença.

Vale ressaltar que a primeira UC brasileira foi o Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro, criado em 1937. A primeira idéia de criá-las veio no final do século passado.

O PEVRE é um tipo diferenciado de UC por ser definido na categoria ecológico e vivencial, que não se encontra conceituado na literatura consultada e nem nas informações buscadas na SEMARH (Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do DF), do Governo do Distrito Federal. A categoria encontra-se apenas citada, conforme já foi dito antes (Ganem e Leal, 2002). Porém pode-se propor aqui que é um tipo de UC que, além de assegurar a proteção da biodiversidade, assegura experiências de recreação e lazer às populações locais, além de profunda vivência de educação ambiental, pressupondo a participação dessas populações locais na gestão (administração) da UC. O PEVRE necessita de uma atenção primordial por demonstrar abandono e degradação da área.

8.3 Parques Ecológicos no Distrito Federal: À Procura de uma Vivência Ambiental e Lazer

Os parques ecológicos, segundo a definição de Braga (2002), são aqueles que contam com as características naturais ou resquícios de vegetação ainda

relativamente conservados. Alguns parques denominados como ecológicos não atendem a esta definição, por não cumprirem nenhuma função de equilíbrio ecossistêmico, dada a sua degradação e, portanto, não têm valor ecológico.

Fonseca (1999)¹, corroborando Braga, afirma que a maior parte dos parques do DF está depredada e, ainda, novas áreas são destinadas e aprovadas para implantações de parques sem previsão de recursos.

Na visão de Leal (2002), antes da lei complementar n.º 265/99, 44 parques foram criados com objetivo de conservar os ecossistemas naturais e locais, fomentar as atividades de recreação em contato com a natureza e promover a educação ambiental, com propósito de melhorar a qualidade do meio ambiente e os visitantes. Portanto, não significa que todos parques cumprem com esse papel, pois a maioria deles não tem infra-estrutura de apoio.

A expansão de áreas de parques ocorreu de forma acelerada e desordenada, sem nenhum estudo prévio. Não havia nenhuma norma legal estabelecendo os objetivos e características dos parques e critérios para sua criação e implantação.

Os Parques Ecológicos necessitam de um plano de manejo, pois a maioria deles apresenta área irregular. Além disso, existem pessoas que não contribuem para que o local esteja sempre em boas condições para freqüenta-lo.

Segundo Pires (2002), o Distrito Federal, bem como o seu entorno, são regiões que nos últimos anos receberam inúmeros contingentes populacionais em busca de moradia e com aspiração de melhores condições de vida, o que nem sempre tem sido alcançado quando chegam aqui. De qualquer forma, a ocupação urbana na região, a despeito de planos diretores e tentativas de zoneamentos, não tem respeitado as fragilidades ambientais das áreas, vide o que ocorre na instalação de assentamentos humanos em locais com menor valor econômico, como a Cidade

¹ Fernando Fonseca, ex-Diretor do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente (IEMA) antiga Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) em entrevista concedida ao jornal Correio

da Estrutural em meados de 1990, e a instalação de Cidades como Samambaia e Recanto das Emas, nos fins dos anos 1980. No entanto, se eram locais cujo valor da terra era baixo, ao contrário da realidade presente, são locais que deveriam ser considerados do ponto de vista da conservação ambiental e garantia da qualidade dos recursos hídricos, especialmente os subterrâneos. Estas questões não foram consideradas na alocação de infra-estrutura indutora da ocupação urbana em tais regiões. Estes aspectos tornam o Distrito Federal uma realidade privilegiada para se estudar a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento, pois demonstram as tramas e correlações de forças presentes na conformação do espaço destinado a iniciativas privadas e públicas ou coletivas.

Brasiliense, em 25 de maio de 1999.

9. RECANTO DAS EMAS: O DESAFIO DA CIDADE EM BUSCA DE ÁREAS DE LAZER E EDUCAÇÃO

Este capítulo situará o leitor no contexto histórico, da criação, da ocupação e do desenvolvimento da cidade. Mostrará também a descrição da área, atributos naturais e danos ambientais.

9.1 Histórico da Cidade

O Recanto das Emas fica a 25,8 km de Brasília e limita-se ao norte com Samambaia, ao sul com o Gama, a leste com o Riacho Fundo II e a oeste com o Rio Descoberto. Sua área total é de 101,476 km². Foi criado em 28 de julho de 1993.

A cidade conta com onze anos (1993 a 2004) de fundação sendo criada pelo Governador Joaquim Roriz em seu segundo mandato (25/08/93), no programa de assentamento voltado para erradicação das favelas e invasões que vinham afetando o planejamento urbano de Brasília e contrariando a lei de uso e ocupação do solo. Muitas famílias viviam em condições precárias nas áreas desocupadas de Brasília, Taguatinga, Gama, Núcleo Bandeirante e várias localidades não destinadas à moradia.

Hoje, o Recanto das Emas possui rede de comércio, conta com escolas de 1º e 2º grau e as Faculdades da Terra de Brasília com diversos cursos, dois centros de saúde, a 27ª Delegacia de Polícia Civil, o 18º Comando de Polícia Militar Independente, o Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar, escritórios da Companhia Energética de Brasília (CEB) e da Companhia de Saneamento do Distrito Federal (CAESB), uma agência bancária do BRB, um banco postal, agência de correios e diversos órgãos de serviços do governo, tais como: Agência Pública de Emprego e Cidadania (APEC), Centro de Desenvolvimento Social (CDS), Gerência Regional de Ensino.

O Recanto das Emas foi contemplado por um programa do Banco de Interamericano de Desenvolvimento (BID), neste governo, com recursos para obras

de saneamento básico e asfalto: a cidade conta com 90% de rede de esgoto e cerca de 70% de asfalto e drenagem pluvial (SEMARH, 2000).

9.2 Desenvolvimento da Cidade

Atualmente, o Recanto das Emas vem se transformando numa das Cidades que mais cresce no Distrito Federal. Sua população já ultrapassa os 130 mil habitantes e o comércio local vem se desenvolvendo rapidamente.

O lançamento da Área de Desenvolvimento Econômico na Cidade trouxe a certeza do crescimento econômico, com a geração de emprego e renda para os moradores do Recanto das Emas (SEMARH, 2000).

9.3 Ocupação da Cidade

A cidade foi ocupada por uma população, onde provavelmente moravam com seus pais ou em fundo de quintal.

As residências foram ocupadas pelos novos inquilinos que chegavam de várias partes do Distrito Federal, bem como por uma outra parte de imigrantes vindos de outros Estados.

As habitações no Recanto das Emas, em sua maioria, são de alvenaria, contendo três cômodos, dispõem de serviços de água encanada, rede hidráulica, a Cidade possui estação de tratamento de esgoto, energia elétrica e iluminação pública (SEMARH, 2000).

9.4. Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas

A administração do Recanto das Emas, preocupada com as questões

ambientais e como lazer, criou o PEVRE, por meio da lei nº 1.188. (Anexo B). A UC dispõe de uma área aproximada de 554 hectares, (FIGURA 3) onde está prevista a instalação de equipamentos de lazer, como: área de alimentação, parque infantil, banheiros, posto policial, orelhões, pontes, implantação de trilhas interpretativas, entre outras iniciativas para facilitar a convivência da população com o meio ambiente. (SEMARH, 2000).



Figura 4 Vista Panorâmica do Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas no Distrito Federal
Foto: Clodir de Matos (2003)

9.4.1. Fitofisionomias do Cerrado

As variações nos ambientes do Parque são grandes, encontrando-se nele quase todas as fitofisionomias vegetais do bioma Cerrado:

Campo limpo e Campo sujo: Campo limpo, quando as árvores são praticamente ausentes. Consiste de uma camada rasteira, sem árvores ou arbustos. Campo sujo, quando a cobertura arbóreo-arbustiva se aproxima de 10% da área. Favorecem o estabelecimento de espécies lenhosas. O campo limpo se diferencia do campo sujo por não conter árvores e arbustos de caule espesso, sendo uma vegetação que se caracteriza pela predominância absoluta de ervas e semiarbustos, com destaque para gramíneas.

Cerrado sensu stricto: É uma vegetação que ocorre em faixas extensas e contínuas, caracterizando por uma camada herbácea com predominância de gramíneas e por uma camada lenhosa, com cobertura arbórea. Estruturas vegetativas aéreas e estruturas reprodutivas de várias espécies do cerrado sensu stricto são utilizadas por artesões para confecção de flores secas do cerrado. Os frutos de várias espécies arbustivas e arbóreas são comestíveis e apresentam usos medicinais.

Cerradão: Camada rasteira rala devido à baixa intensidade luminosa que alcança o solo. Ocorre em pequenas manchas nas áreas dominadas pelo cerrado sensu stricto. Dentre as espécies encontradas no cerradão do Parque destacam-se: *Pterodon pubescens*, *Sucupira-branca* e *Stryphnodendron adstringens*, *Barbatimão*, *Caryocar brasiliense*, *Pequi*, dentre outras comuns ao cerrado sensu stricto ou matas de galeria.

Vereda: As veredas são formações que ocorrem em áreas alagadas ou ao longo de cursos d'água, em áreas de nascentes. A vegetação nativa, Buritizais ou palmeiras é um importante fator para a contenção de erosão nos solos hidromórficos com elevado teor de matéria orgânica. A espécie típica desta fisionomia é o Buriti.

Mata de Galeria: As matas de galeria formam uma rede florestal ao longo dos cursos d'água. A retirada da vegetação causa assoreamento dos córregos. Espécies arbóreas de maior ocorrência em matas de galeria do Parque: *Hymenaea courbaril*, *Jatobá-da-mata*, *Amaioua guianensis*, *Marmelada*, *Maytenus alatemoides*, *Bacupari*, *Xylopia emarginata*, *Pimneta-de-macaco*, *Talauma ovata*, *Pinha-do-brejo* e *Mauritia flexuosa*, *Buriti*.

9.4.2 Descrição da Área

Atrás das quadras 508,509,510 e 511 do Recanto das Emas está localizado parte do Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas, que se encontra delimitado pela Chácara Aldeia da Paz, compreendendo a cabeceira do Córrego Monjolo. Parte desse córrego faz limite entre o Recanto das Emas e o Gama. A poligonal do Parque não foi definida ainda, mas deverá segundo técnicos da Administração Regional, compreender o córrego Monjolo, desde as nascentes até a altura da quadra 511. Além disso, serão desde as quadras 300 incluídas também as faixas de mata e encostas ao longo do córrego em ambas as margens.

De forma geral, a vegetação no Parque encontra-se em bom estado de conservação, principalmente as áreas de Cerrado e de Mata de Galeria da margem esquerda do córrego. No entanto, na margem direita há diversas áreas degradadas com retirada de vegetação nativa, além de escombros de casa derrubadas que evidenciam a existência anterior de possíveis chácaras no local. Esta área degradada se deve a falta de estruturação física e funcional do Parque, uma vez que faz parte das quadras 500, contemplam invasões (cerca de 25.000 pessoas) do próprio Recanto, da cidade satélite Santa Maria, do Distrito Federal.

Atualmente o PEVRE se encontra vinculado a SEMARH pela diretoria de Preservação, Conservação e Educação Ambiental. Já a responsabilidade pela administração, organização e estruturação do mesmo estão com a Administração Regional do Recanto das Emas.

O Parque foi cercado com alambrados pela COMPARQUES, uma Comissão Permanente instituída pelo GDF para estruturar os parques do Distrito Federal. Hoje esse alambrado já foi retirado ou parte restante encontra-se danificada pela própria comunidade vizinha (FIGURA 5).

9.4.3. Atributos Naturais

Esta área contém muitas paisagens diferentes, desde campos limpos até matas de galeria e por isso a sua diversidade florística é elevada. São muitas as espécies de plantas, desde pequenas ervas até árvores que lançaram mais de 20m de altura.

Há diversas nascentes, cachoeiras e veredas o que confere grande valor paisagístico ao parque. (FIGURA 6). O acesso até as margens de suas nascentes é bastante íngreme, apesar dos visitantes freqüentarem o local, não há infra-estrutura implantada. O público alvo do PEVRE são os próprios moradores do Recanto das Emas.



“Figura 6 Córrego no Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas no Distrito Federal

Foto: Clodir de Matos (2003)

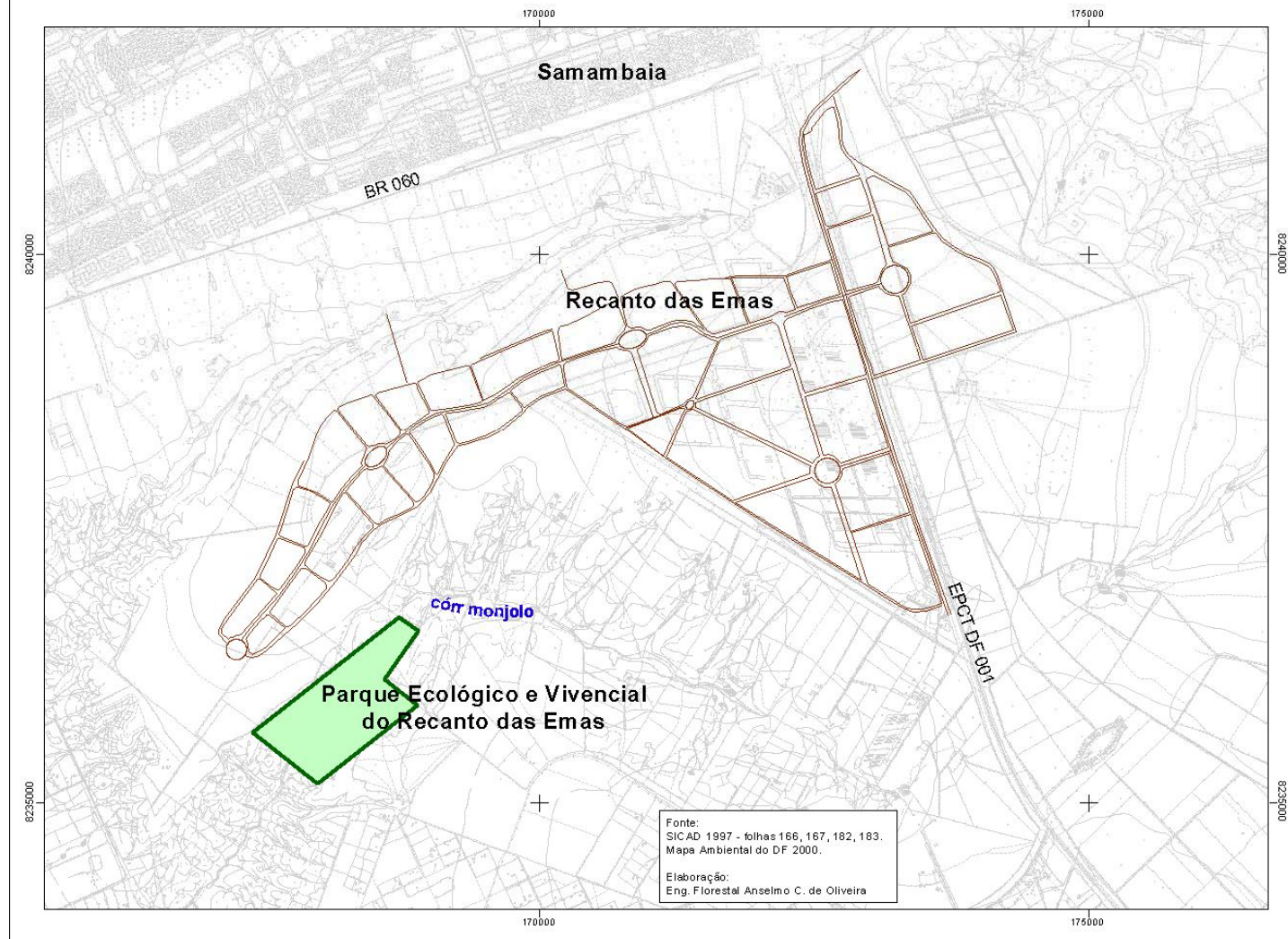
9.4.4. Danos Ambientais

O local vem sofrendo agressões aos seus atributos naturais causados por moradores lindeiros, tais como: desmatamento, retirada de vegetação nativa, lixo e entulho, focos de incêndio, erosão (FIGURA 7), lançamento de esgoto e utilização de drogas no interior do Parque.



Figura 7 Erosão em Trilha no Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas no Distrito Federal
Foto: Clodir de Matos (2003)

Localização do Parque do Recanto das Emas



10. ESTUDO DE CASO

10.1 Programa e Plano Ambiental

A avaliação de impactos exige adoção de metodologia. Neste caso optou-se pela pesquisa *in loco* (FIGURA 8), aplicação de questionários e entrevistas, na área limítrofe do Parque, com intuito de estudar e avaliar as condições de conservação e lazer do PEVRE.



Figura. 08 Estudo de Caso Sobre o Estado de Conservação no Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas no Distrito Federal
Foto: Clodir de Matos (2003)

10.2 Expectativas Quanto ao Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas

O questionário também apontou as principais expectativas dos entrevistados quanto à melhoria do PEVRE. A idéia foi extrair elementos para a gestão ambiental dessas áreas, a partir dos interesses das comunidades envolvidas. O resultado segue abaixo:

- garantia de segurança para os visitantes;
- melhoria da qualidade ambiental;
- manutenção do Parque como patrimônio público; e
- divulgação da existência do parque.

Na pesquisa realizada identificou-se que a preocupação maior da comunidade é a garantia da segurança, pois são muitas vezes alvos de grupos de marginais e, segundo os relatos, não são raros os casos de violência sexual e/ou assaltos nas proximidades do Parque.

Com esses problemas os moradores do Recanto das Emas esperam que o Governo do Distrito Federal (GDF) disponibilize a segurança necessária instalando posto policial. A população também mostrou-se preocupada com o volume de lixo a céu aberto, trazendo perigo para saúde da comunidade. Estas preocupações levam uma insegurança que, de tal forma, absorve a atenção que a população poderia voltar para as belezas naturais na área do Parque.

Não sem motivos, portanto, essas expectativas permeiam a visão dos entrevistados, pois são questões ainda não solucionadas na gestão ambiental. E por isso precisam ser bem estudadas e discutidas em o conjunto da população, a fim de se estabelecer as prioridades e as metas de execução e tornar o Parque mais atrativo para a comunidade que o circunda.

10.3 Resultado do Questionário

Ao aplicar os questionários (ANEXO A) junto aos moradores das quadras 500 (Recanto das Emas), observou-se que o PEVRE não é conhecido pelos entrevistados. Outros até sabem da sua existência, mas ignoram a sua presença. A maioria dos entrevistados prefere que o local tenha outra finalidade, pois é freqüentado por pessoas de má índole.

Foi observada também a baixa qualidade de vida dos moradores que vivem em condições precárias, por falta de saneamento básico, entre várias outras necessidades infra-estruturais. Um dos problemas mais sérios que a humanidade enfrenta é a questão do lixo que, naquele espaço, está espalhado pela maioria das ruas causando impactos ambientais (doenças, poluição visual, entre outros)

Através dos resultados da pesquisa realizada no Parque, o local apresenta pontos de degradação. Pode-se imaginar que, a continuar desta forma, os visitantes deixarão de freqüentar o Parque. Esse fator altera a qualidade dos recursos ambientais e o bem-estar das populações envolvidas. A comunidade que margeia e que freqüenta a área é responsável pelo acúmulo de lixo encontrado.

É indispensável um estudo sobre a degradação do solo, das cachoeiras, da fauna e da flora do Parque para a recuperação da área que possa servir de atividade de lazer.

Faz-se de essencial importância o trabalho de conscientização dentro do Parque, partindo-se do momento desde a entrada, pois deve possuir lixeiras com diferenciação para cada tipo de lixo para que ocorra a coleta seletiva.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Turismo vem sofrendo inovações constantes, em virtude das exigências do mercado, isto propiciou a segmentação da atividade turística, dando lugar aos diversos segmentos, dentre eles o ecoturismo; que surge da necessidade de se conciliar o turismo com práticas conservacionistas em harmonia com a natureza.

Contudo, ainda não se conseguiu conciliar preservação com a apropriação da natureza; ou seja, toda forma de intervenção ao meio, causa algum tipo de dano ao mesmo.

O ecoturismo está diretamente ligado ao novo paradigma ambiental, ou seja, o desenvolvimento sustentável. A mudança do paradigma da visão dominante para a perspectiva da ecologia profunda é um caminho difícil e de longo prazo, necessitando de conscientização, envolvimento e educação de todos os participantes do processo. É importante a mobilização de esforços na direção do desenvolvimento sustentável, pois acredita-se ser esta uma alternativa para solução de muitos dos problemas da humanidade. A literatura pesquisada não nos traz, ainda, exemplos de sociedade sustentável, entretanto, refere-se a princípios que aplicados e gerenciados com competência podem gerar sustentabilidade para uma sociedade.

A pesquisa permitiu discutir temas ambientais voltados para o objetivo do trabalho como: sustentabilidade, degradação ambiental, ecoturismo (conservação) e turismo de lazer. No início da pesquisa levantou-se como hipótese de certa forma, sendo comprovada, que o Parque, em seu estágio atual, não é um ambiente adequado para receber visitantes, devido à falta de infra-estrutura de apoio e degradação ambiental.

Através dos dados coletados pela pesquisa, constatou-se a necessidade de execução de um plano emergencial para área de conservação e proteção e, portanto merece ser tratada com uma atenção maior.

No Distrito Federal, os parques ecológicos, via de regra, não contam com planejamento que vá além de equipamentos da previsão. O grau de carência constatado no Parque em

questão demonstra que seria necessária a implantação de um plano emergencial, pelo poder público, em parceria com o setor privado, de modo a organizá-lo efetivamente para uso pela comunidade e visitantes.

Conforme as informações pesquisadas, muitos ainda não freqüentam o Parque por se sentirem inseguros. Isto porque não há um efetivo policial responsável pela área. Constatou-se que parte dos moradores das quadras 500 ainda desconhece o Parque.

Nesse sentido, faz-se necessária uma ampla divulgação junto à comunidade da existência e dos benefícios que o Parque poderá oferecer. Ao mesmo tempo, será necessário que o Poder Público garanta a segurança no interior e no entorno do Parque o que supõe investimento econômico e social.

Em relação aos entrevistados, a maioria concorda com os investimentos governamentais para a melhoria da qualidade do Parque e que os moradores das quadras 500 terão uma vida mais saudável.

O PEVRE apresenta uma área extensa. No entanto, é explorado pela comunidade de uma forma espontânea sem as orientações requeridas por uma UC. No local ainda não existem atividades de ecoturismo.

Por meio das imagens fotográficas registradas para esta pesquisa, é importante salientar que o Parque do Recanto das Emas encontra-se em estado precário em relação à conservação ambiental, devido ao lixo espalhado no local, árvores destruídas e trilhas mal definidas, causando erosão e poluição do ambiente, acesso de animais domésticos e mesmo bovinos.

Com a realidade identificada, pode-se concluir que o Plano de Manejo deve prever ações de conscientização e respeito ao meio ambiente, ou seja, mudar a visão negativa que atualmente os moradores têm a respeito, tornando o local mais aceitável na concepção dos mesmos como um ambiente natural e de grande importância para a Cidade.

Que eles sejam integrantes deste novo espaço que deverá ser organizado. Esse seria o trabalho inicial.

Diante de tudo que foi constatado, sugerem-se algumas recomendações que deverão ser implantadas no Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas:

- plano emergencial de implantação e manejo do Parque;
- plano de manejo, propriamente dito;
- construção de áreas de lazer, alimentação e instalação de infra-estrutura no interior do Parque;
- um plano de segurança para os visitantes;
- um programa de educação ambiental e lazer;
- divulgação a existência do Parque;
- implantação e manutenção das trilhas;
- implantação da coleta seletiva dos resíduos sólidos e
- envolvimento da comunidade local em atividades econômicas.

12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, J.V. **Turismo** : fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 1995.

BARONI, M. Ambigüidades e Deficiências do Conceito de Desenvolvimento Sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v..32, n.2, p.14-24, abr/jun, 1992.

BARRETO, M. **Planejamento e Organização em Turismo**. Campinas: Papirus./BARROS, Sílvio Magalhães e LA PENHA, Denise Hamu M. de, coord. Ecoturismo: Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, "Conceituação", Brasília, EMBRATUR, 1994.19p.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo. Editora. SENAC São Paulo, 2001. 37 – 40p.

SEMARH. **Documento sobre o Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas**. Brasília, DF, 2000. 20p

BOO, Elizabeth. **Ecoturismo, potenciales y escollos**. Woshington D.C.: WWF - World Wildlife Found e The conservations Foundation, 1990.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: MICT/MMA- EMBRATUR/ IBAMA, 1994.

BRASÍLIA. **Decreto nº 1.188, de 13 de setembro de 1996**. Dispõe sobre a Criação do Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas. Lex: Câmara Legislativa do Distrito Federal., 1995. 1 – 2p.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum. Fund. Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1988.

CORDEIRO, Marcelo. Ecoturismo: Sociedade e Governo. **World Ecotour'97 Magazine**, Rio de Janeiro, p.32. 1997.

EMBRATUR. **Turismo sob a ótica dos monitores municipais**. Organização : Mirian Rejowski, Brasília, 1996.

DENCKER. Ada de Freitas Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**: Ed, São Paulo: Editora Futura, 1998. 284 – 296p.

DIAS, Genebaldo, Freire, **Educação Ambiental: princípios e Práticas** ,São Paulo:Gaia, 2ªed.,1993.

ECO. Umberto. **Como se faz uma tese..** Editora: Perspectiva. 83-112p.

FERREIRA, Luiz Fernando & COUTINHO, Maria do Carmo. **Ecoturismo – Visitar para Conservar e Desenvolver a Amazônia**. Brasília/PROECOTUR, 2002. 52p.

- FRIAS, Marcelo. Brasília, 2003. Disponível em: < www.animal.com.br >. Acesso em : 28 de Janeiro de 2003.
- GANEM, Roseli Senna & LEAL, Zita de Moura. In: Duarte, Laura M. Goulart & Theodoro, Suzi H. (orgs.). **Dilemas do Cerrado. Entre o Ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo**. Brasília – Garamond Universitária. 57 – 71p.
- GÓMEZ, Manuel J.M. et al. **Planificación y desarrollo del ecoturismo**. Cuba: Estudios Turísticos, 1993.
- IEB - Instituto de Ecoturismo do Brasil. **Folheteria**, 1996.
- PIRES, Mauro Oliveira & BRAGA, S. Maria Lúcia In: Duarte, Laura M. Goulart & Theodoro, Suzi H. (orgs.). **Dilemas do Cerrado. Entre o Ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo**. Brasília – Garamond Universitária. 2002. 27 – 55p.
- PIRES, P.S. **Ecologia e turismo**. Monografia (Pós-Graduação em Nível de Especialização em Administração de Turismo) - INPG, FURB; ESTHF, 1997.
- PETROCCHIO, M. **Gestão de Pólos Ecoturísticos**. São Paulo: Futura, 2001. 457p.
- PLANALTO, **Lei Complementar nº.265, de dezembro de 1999**. Dispõe sobre a criação de Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo no Distrito Federal. Lex: Câmara Legislativa do Distrito Federal. 2003. 1-6p.
- PROGRAMA NACIONAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO. **Guia para Oficinas de Treinamento dos Agentes Multiplicadores e dos Monitores. Planejamento para o Desenvolvimento de Turismo Sustentável em Nível Municipal**. Organização Mundial de Turismo, Madrid, 1994.
- PEZZOLI, Reith. Sustainable Development: A Transdisciplinary Overview of the Literature. **Journal of Environmental Planning & Management** , v.40, n.5, sep. 1997
- RIBEIRO, G.L e BARBOS, F.L. A Corrida por Paisagens Autênticas: Turismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade no Mundo Contemporâneo. **Viagens a Natureza: turismo, cultura e ambiente**. São Paulo: Papirus, 1997.
- RODRIGUES, A. B. **Turismo e Desenvolvimento local**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável : A Proteção do Meio Ambiente**. São Paulo: Papirus, 1997.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: Crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SEBRAE. **Ecoturismo na Bahia - Estudo Analítico**. Salvador: Edição SEBRAE, 199
- STATISTICS, Key. **Lazer e Turismo na História**, Março de 1999
- SWARBROOKE. John. **Turismo Sustentável e Conceitos de Impactos Ambientais**:Ed, São Paulo: Editora: Aleph. 1998. 04 – 128p.

TERBORGH, John & CAREL Van Schaik. **Tornando os Parques Eficientes: Estratégias para a Conservação da Natureza.** ed. da UFPR; Fundação O Boticário. Curitiba, 2002.

ZIFFER, K. **Ecotourism** : The uneasy alliance. Wildlife Conservation International and Erns & Young International Management Consulting Group, 1989.

YAZIGI. Eduardo. **Turismo: Uma Esperança Constitucional –“Ecoturismo” Uma Doce Ilusão.** 2º Edição, São Paulo: Global, 1999.

WWF-Brasil. www.WWF.org.br. 2003. Acesso em: março de 2003.

ANEXO A

QUESTIONÁRIO

1. Aspectos pessoais:

Faixa etária: 1. () 15 a 20 2. () 20 a 30 3. () acima de 30 anos

Sexo: 1. () feminino 2. () masculino

Estado civil: 1. () solteiro 2. () casado

Grau de instrução: 1. () Não alfabetizado – analfabeto 2. () Educação básica 1º a 4ºsérie

3.() Ensino fundamental 4. () Ensino médio

2. Principal Ocupação.

3. Renda Mensal

1. () Menos que 1 salário mínimo (100 reais)

2. () até dois salário mínimos (400 reais)

3. () acima de 3 salários mínimos (600)

4. Quantos filhos?

5. Quantos Estudam?

6. Qual série está cursando?

7. Vocês moradores do Recanto da Emas gostariam que o governo contribuísse para a melhoria da qualidade do Parque?

1. sim
2. não

8. A visitação ao Parque é freqüente?

1. sim
2. não

9. O que mais gosta no Parque?

1. Trilha
2. Paisagem Natural
3. Cachoeira
4. Outros -----

10. O que você gostaria de encontrar no Parque?

1. Posto policial
2. Orelhão
3. Área para churrasqueira e piquenique
4. Piscinas naturais
5. todas as alternativas acima
6. lixeiras
7. outros -----

11. Que benefícios o parque traz para a comunidade?

1. Oportunidade de negócio
2. Geração de renda
3. Apenas uma opção de lazer
4. melhoria da qualidade de vida
5. outros -----

12. No seu dia- a- dia, o que você faz com o lixo produzido?

1. joga na rua

2. joga na lixeira
3. joga no parque
4. acumula em sacola

ANEXO B

LEI Nº 1.188, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996

Cria o Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas.

Art. 1º - Fica criado o Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas, na Região Administrativa do Recanto das Emas - RA XV, na área delimitada pela chácara Aldeia da Paz, Quadra 311, compreendendo a cabeceira do córrego Monjolo.

Parágrafo único. O Poder Executivo, por intermédio de seus órgãos, definirá as poligonais do parque de que trata este artigo.

Art. 2º - O Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas tem como objetivos, entre outros:

- I - proporcionar à comunidade uma área destinada à conservação local, visando à manutenção da viabilidade genética das espécies do cerrado e à garantia da qualidade dos recursos hídricos disponíveis;
- II - criar um núcleo de educação ambiental;
- III - proporcionar recreação e lazer à população em harmonia com a preservação do ecossistema da região.

Art. 3º - Compete à Administração Regional do Recanto das Emas implantar, administrar e manter o parque ecológico, sob orientação e supervisão da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal.

Parágrafo único. Para este fim, a Administração Regional poderá, nos termos e limites da lei, firmar acordos, contratos e convênios com entidades públicas e privadas.

Art. 4º - Fica assegurada, na gestão do parque, a participação tripartida do Governo, usuários e entidades de proteção ambiental do Distrito Federal.

Art. 5º - Fica assegurada a participação popular na escolha do nome do Parque

Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas.

Art. 6º - A implantação do Parque Ecológico e Vivencial do Recanto das Emas fica condicionada à existência de recursos específicos no orçamento anual.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 13 de setembro de 1996 108º da República e 37º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE
Governador do Distrito Federal

ANEXO C

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL LEI COMPLEMENTAR Nº 265, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1999

Dispõe sobre a criação de Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo no Distrito Federal.

CAPÍTULO DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Para os fins previstos nesta Lei Complementar, entende-se por:

- I - UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: espaço territorial delimitado e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público para a proteção da natureza, com objetivos definidos, sob regime específico de administração, aos quais se aplicam garantias de proteção;
- II - CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: o manejo da biosfera, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a melhoria do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer às necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantir a sobrevivência dos seres vivos em geral;
- III - RECURSO NATURAL: o solo, as águas, os recursos biológicos ou qualquer outro componente dos ecossistemas, de valor ou utilidade atual ou potencial para o ser humano;
- IV - PRESERVAÇÃO: as práticas de conservação da natureza que assegurem a proteção integral dos atributos naturais;
- V - MANEJO: o ato de intervir sobre o meio natural, com base em conhecimentos científicos e técnicos, com o propósito de promover e garantir a conservação da natureza;
- VI - USO SUSTENTÁVEL: forma socialmente justa e economicamente viável de exploração do ambiente, que garanta a perenidade dos recursos ambientais e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos;
- VII - RECUPERAÇÃO: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre

degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original;

VIII - RESTAURAÇÃO: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível de sua condição original;

IX - PLANO DE MANEJO: documento técnico que, com base nos objetivos de uma Unidade de Conservação, define o seu zoneamento, orienta e controla o manejo dos seus recursos e a implantação das estruturas necessárias para a gestão da unidade;

X - ZONEAMENTO: processo de definição de setores ou zonas em uma Unidade de Conservação, com objetivos de manejo e normas específicos, realizados de acordo com parâmetros gerais da categoria e objetivos gerais da Unidade, visando uma efetiva proteção, manejo e controle da mesma;

XI - ZONA DE TRANSIÇÃO: porção do território e águas jurisdicionais adjacentes a uma Unidade de Conservação, definida pelo Poder Público, submetida a restrições de uso, com o propósito de reduzir impactos sobre a unidade;

XII - UNIDADE DE USO SUSTENTÁVEL: aquela em que haja proteção parcial dos atributos naturais, admitida a exploração de parte dos recursos disponíveis, em regime de manejo sustentável, sujeita às limitações legais;

CAPÍTULO DA CRIAÇÃO E DISCIPLINAMENTO DOS PARQUES DO DISTRITO FEDERAL

Art. 2º Os Parques do Distrito Federal são disciplinados de acordo com os dispositivos desta Lei.

Art. 3º Os Parques do Distrito Federal classificam-se em Parques Ecológicos e Parques de Uso Múltiplo e constituem unidades de uso sustentável, instituídos pelo Poder Público, com objetivos e limites definidos.

Art. 4º Os Parques Ecológicos devem possuir áreas de preservação permanente, nascentes, olhos d'água, veredas, matas ciliares, campos de murunduns ou manchas representativas de qualquer fitofisionomia do cerrado que abranjam, no mínimo, trinta por cento da área total da unidade.

Art. 5º São objetivos dos Parques Ecológicos:

- I - conservar amostras dos ecossistemas naturais;
- II - proteger paisagens naturais de beleza cênica notável, bem como atributos excepcionais de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica e histórica;
- III - proteger e recuperar recursos hídricos, edáficos e genéticos;
- IV - promover a recuperação de áreas degradadas e a sua revegetação com espécies nativas;
- V - incentivar atividades de pesquisa, estudos e monitoramento ambiental;
- VI - estimular o desenvolvimento da educação ambiental e das atividades de recreação e lazer em contato harmônico com a natureza.

Art. 6º Os Parques de Uso Múltiplo devem situar-se dentro de centros urbanos, ou contíguos a estes, em áreas de fácil acesso à população, predominantemente cobertas por vegetação, nativa ou exótica.

Parágrafo único. As áreas selecionadas para criação e implantação de Parques de Uso Múltiplo devem possuir infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades recreativas, culturais, esportivas, educacionais e artísticas.

Art. 7º São objetivos dos Parques de Uso Múltiplo:

- I - conservar áreas verdes, nativas, exóticas ou restauradas, de grande beleza cênica;
- II - promover a recuperação de áreas degradadas e a sua revegetação, com espécies nativas ou exóticas;
- III - estimular o desenvolvimento da educação ambiental e das atividades de recreação e lazer em contato harmônico com a natureza.

Art. 8º As áreas degradadas situadas no interior dos Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo serão objeto de recuperação.

Art. 9º Nos Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo, é vedada qualquer atividade ou empreendimento, público ou privado, que comprometa as características naturais da área, ou que coloque em risco a integridade dos ecossistemas e da biota local.

Art. 10. Os Parques já existentes serão enquadrados de acordo com a nomenclatura definida nesta Lei.

CAPÍTULO DA ADMINISTRAÇÃO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO.

Art. 11. Cumpre à SEMATEC, por intermédio do IEMA, supervisionar os Parques Ecológicos e os Parques de Uso Múltiplo do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os parques poderão ser administrados pelo IEMA conforme disposto em lei específica.

Art. 12. Cumpre à Administração Regional implantar, administrar e fiscalizar os Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo situados na sua circunscrição territorial, exceto aqueles definidos no parágrafo único do art. 11.

Art. 13. Será constituído um Conselho Gestor para cada Parque, Ecológico e de Uso Múltiplo, composto paritariamente por representantes do Poder Público e da sociedade civil.

§ 1º Nos Parques Ecológicos, será obrigatória a presença de um representante do IEMA/SEMATEC, entre os membros do Poder Público.

§ 2º O Presidente do Conselho Gestor será escolhido pela maioria de seus membros, cabendo a ele o voto de desempate.

Art. 14. Compete ao Conselho Gestor dos Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo:

I – aprovar os projetos de atividades de recreação, lazer, esporte, educação, cultura e arte a serem desenvolvidas nas zonas de atividades múltiplas dos parques;

II – aprovar os planos de manejo;

III – opinar sobre as atividades a serem desenvolvidas nas zonas de transição;

IV – aprovar proposta de cobrança pelo uso de instalações e de serviços nos parques e o seu valor;

V – opinar sobre propostas de convênios a serem firmados pelo Poder Público com vistas à implantação e conservação dos parques.

Art. 15. O Plano de Manejo de cada Parque Ecológico e de Uso Múltiplo disciplinará o zoneamento, o uso e a ocupação da área.

§ 1º O Plano de Manejo conterá, no mínimo, as seguintes zonas:

I - zona de conservação;

II - zona de recuperação;

III - zona de atividades múltiplas.

§ 2º Nas zonas de atividades múltiplas, são permitidas as atividades de recreação, lazer,

esporte, educação, cultura e arte.

§ 3º Os Planos de Manejo serão submetidos à apreciação do IEMA/SEMATEC e aprovados pelo Conselho Gestor.

Art. 16. As áreas circunvizinhas aos Parques Ecológicos são consideradas Zonas de Transição e as atividades aí desenvolvidas devem ser compatíveis com a área protegida, de forma a não comprometer a sua conservação.

Parágrafo único. O órgão ambiental do Distrito Federal regulamentará as atividades permitidas nas Zonas de Transição, caso a caso, ouvido o Conselho Gestor.

CAPÍTULO DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. As organizações não-governamentais podem ter acesso aos recursos do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal (FUNAM), por meio da apresentação de projetos que visem à implantação e manutenção dos Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo.

§ 1º Os projetos de que trata o *caput* deverão ser submetidos previamente à apreciação do IEMA/SEMATEC.

§ 2º Os critérios para aprovação dos projetos a serem desenvolvidos por organizações não-governamentais com recursos do FUNAM serão definidos pelo Poder Executivo no prazo de noventa dias, contados a partir da publicação desta Lei Complementar.

Art. 18. A utilização de áreas públicas por particulares no interior dos Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo será autorizada, a título precário pelo Poder Público, mediante contraprestação de preço público.

§ 1º As atividades de que trata o *caput* estão condicionadas ao licenciamento ambiental, com a realização de estudos de avaliação de impactos ambientais.

§ 2º A instalação de equipamentos e a concessão de uso de área nos Parques, para atividades de caráter privado, estarão condicionadas à destinação de, no mínimo, cinco por cento do total do custo de implantação do empreendimento para a manutenção da unidade de conservação.

Art. 19. Os empreendimentos instalados em área de Parques Ecológicos e de Uso

Múltiplo pagará, para amortizar os custos de manutenção do respectivo Parque, contribuição mensal pela concessão de uso de área pública, ainda que cedida em caráter provisório.

§ 1º A contribuição de que trata o *caput* será fixada anualmente pela autoridade concedente, calculada pelo mesmo valor de locação do metro quadrado encontrado no mercado para aquela atividade.

§ 2º A contribuição deverá ser recolhida até o quinto dia útil do mês subsequente.

Art. 20. Fica facultada à Administração Regional cobrar dos visitantes pelo uso das instalações ou de serviços no interior de cada Parque Ecológico ou de Uso Múltiplo, com o fim de gerar recursos destinados à manutenção, ampliação e criação de novos serviços e à aquisição de novos equipamentos na unidade.

Parágrafo único. A proposta de cobrança pelo uso de instalações e de serviços no Parque e o seu valor deverão ser previamente aprovados pelo Conselho Gestor do Parque.

Art. 21. A receita aferida dos procedimentos citados nos arts. 18, 19 e 20 será destinada exclusivamente a ações diretas nos respectivos parques.

Art. 22. É proibido o uso residencial, permanente ou temporário, no interior dos Parques Ecológicos ou de Uso Múltiplo.

§ 1º O disposto no *caput* não se aplica única e exclusivamente à moradia temporária do Administrador em exercício.

§ 2º - Excetuam-se das disposições do *caput* as ocupações existentes até a data de criação dos parques, que serão objeto de lei específica. (Parágrafo mantido pela CLDF após veto parcial do Governado do DF – Publicado no DODF de 05.04.2000)

Art. 23. O Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar no prazo de noventa dias.

Art. 24. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrário.

Publicada no DODF de 23.12.1999
